

Artigo livre

Do arquivo à escrita: a historiografia sobre a imigração japonesa de Marcia Yumi Takeuchi (1998-2002)

Luana Martina Magalhães Ueno, Universidade Estadual Paulista   

Palavras-chave:

Marcia Yumi Takeuchi;
Inventário DEOPS;
historiografia da imigração japonesa

Resumo. O presente artigo busca analisar a escrita da história de Marcia Yumi Takeuchi (1971-2010) sobre a imigração japonesa durante os anos de 1998-2002. Para tal, selecionou-se como fonte o livro *O perigo amarelo em tempos de guerra* (1939-1945), publicado em 2002, resultado do projeto temático Proin - Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP. Assim, objetivou-se também compreender como a historiadora sistematizou e analisou a documentação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops/SP), segundo as regras desse grupo, bem como, da sua instituição de formação: a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Conclui-se que a produção historiográfica de Marcia Takeuchi foi marcada por esse acervo e, por meio da busca pela constituição do "cotidiano vivido pelos japoneses" e do discurso antinipônico, a historiadora se propôs a escrever uma história da imigração japonesa associada à história brasileira. O estudo deste caso, possibilita compreender algumas marcas da historiografia brasileira produzida na virada do século XX para o século XXI.

Keywords:

Marcia Yumi Takeuchi;
DEOPS
Inventory;
historiography of Japanese immigration

[EN] From archive to writing: Marcia Yumi Takeuchi's Historiography on Japanese Immigration (1998–2002)

Abstract. This article aims to analyze the historical writing of Marcia Yumi Takeuchi (1971–2010) on Japanese immigration during the years 1998–2002. For this purpose, we selected as our source the book *O perigo amarelo em tempos de guerra* (1939–1945), published in 2002. It is the result of the thematic project Proin – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP. Thus, our objective was also to understand how the historian systematized and analyzed documentation from the Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), according to the guidelines of that group, as well as the institution in which she was trained: the Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). We concluded that Marcia Takeuchi's historiographical production was shaped by this collection. Through her effort to reconstruct the "daily life experienced by the Japanese" and the anti-Japanese discourse, the historian sought to write a history of Japanese immigration connected to Brazilian history. The study of this case makes it possible to understand certain features of Brazilian historiography produced at the turn of the 21st century.

Mots clés

Marcia Yumi
Takeuchi;
Inventaire
DEOPS;
historiographie
de l'immigration
japonaise

[FR] Des archives a l'écriture: l'historiographie de Marcia Yumi Takeuchi sur l'immigration japonaise (1998–2002)

Résumé. Cet article vise à analyser l'écriture de l'histoire de Marcia Yumi Takeuchi (1971–2010) sur l'immigration japonaise pendant les années 1998–2002. À cette fin, le livre *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939 – 1945)*, publié en 2002, a été choisi comme source. Il s'agit du résultat du projet thématique Proin – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP. L'objectif est également de comprendre comment l'historienne a systématisé et analysé la documentation du Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), selon les règles de ce groupe, ainsi que celles de son institution de formation : la Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Il en ressort que la production historiographique de Marcia Takeuchi a été marquée par ce fonds, et qu'à travers la recherche de la constitution du « quotidien vécu par les Japonais » et du discours antinippon, l'historienne a proposé d'écrire une histoire de l'immigration japonaise liée à l'histoire brésilienne. L'étude de ce cas permet de comprendre certaines caractéristiques de l'historiographie brésilienne produite au tournant du XXe au XXIe siècle.

Introdução

Antes do início da imigração japonesa para o Brasil, em 1908, “[...] já ecoavam os sentimentos antijaponeses”¹, os quais se consolidaram no discurso antinipônico e que “[...] se estendeu até pelo menos o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945”². Esse discurso tem “[...] origem no final do século XIX, quando intelectuais e políticos brasileiros discutiam a possibilidade da imigração amarela”³. Primeiro, o discurso era direcionado aos imigrantes chineses, pois a entrada desses sujeitos no Brasil ocorreu no período imperial. Permeavam-se “[...] os estereótipos negativos como fracos, indolentes, depravados, viciados e raça inferior”⁴. Com o fracasso dessa imigração e a possibilidade da entrada dos japoneses, adotou-se apenas o estigma de “[...] raça

¹ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2016. p. 52.

² TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2016. p. 55.

³ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo: realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 28.

⁴ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2016. p. 55.

inferior, que traria degenerescência à brasileira”⁵. Os imigrantes japoneses tiveram de enfrentar, desde o início, essas imagens, o que tornou o “[...] discurso antinipônico ambíguo: o japonês era visto como trabalhador moralizado, dócil e eficiente, mas, ao mesmo tempo, um perigo racial e político”⁶. A partir da década de 1920, devido ao processo expansionista japonês, esses indivíduos ressurgiram “[...] no cenário político brasileiro como uma ameaça militar no contexto da política nacionalista do Estado Novo”⁷. Com o rompimento das relações entre o Brasil e o Japão, em 1942, o discurso se intensificou: os *nikkeis*⁸ “[...] emergiram como disseminadores dos perigos à segurança nacional, suspeitos em potencial de atos de sabotagem e espionagem”⁹. Sendo necessário o controle desses “inimigos” por meio da polícia política, especificamente do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), que, “[...] munida de mecanismos sistemáticos de vigilância, procurava registrar comportamentos, ideias e virtualidades desviantes”¹⁰.

Essa narrativa sobre a imigração japonesa e o discurso antinipônico foi produzida durante os anos de 1998 e 2010 pela historiadora Marcia Yumi Takeuchi. Nascida em 23 de abril de 1971 em São Paulo, onde cresceu e viveu até seu falecimento em 1 de junho de 2010, em decorrência de um aneurisma (Carneiro, 2016), era sansei, pertencente à terceira geração de descendentes de japoneses. Em 1995, entrou na graduação em História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), concluindo-o em 1998. Foi nessa instituição que a historiadora deu os primeiros passos no desenvolvimento de pesquisas sobre a

⁵ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2016. p. 55.

⁶ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2016. p. 55.

⁷ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo: realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 29.

⁸ O termo *nikkei* foi definido, formalmente, durante o Congresso Pan-Americano Nikkei, em 1985, para designar todas as pessoas de ascendência japonesa nas Américas, objetivando diferenciá-los dos imigrantes japoneses e dos nipo-americanos (Sakurai, 1993; Lesser, 2001).

⁹ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 31.

¹⁰ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 31.

imigração japonesa e o discurso antinipônico. Após entrar em contato com Maria Luiza Tucci Carneiro, sua futura orientadora, por meio da disciplina *História do Brasil Independente II*, iniciou, em 1998, a pesquisa denominada *O “perigo amarelo” segundo a lógica da desconfiança (1939-1945)*.

Nesse estudo, a historiadora, ainda uma estudante, recebeu as bolsas de Iniciação Científica e do Programa de Capacitação Técnica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), visto que ela integrou o Proin – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP, coordenado por Tucci Carneiro e Boris Kossoy. O projeto tinha como objetivo analisar os prontuários e dossiês produzidos pelo Deops/SP entre 1930 e 1950, buscando compreender as dinâmicas da repressão política no período. A pesquisa foi finalizada em 2001, resultando na publicação *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*, publicada em 2002 pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e pelo Apesp, como parte da coleção *Inventário DEOPS*. O propósito desse estudo era inventariar e analisar os documentos do acervo do Deops/SP, investigando como a polícia política buscou controlar e vigiar a comunidade japonesa, caracterizada por um duplo perigo amarelo: racial e militar.

A partir da investigação dessa produção e de suas marcas institucionais, o objetivo deste artigo é compreender a escrita da história sobre a imigração japonesa e o discurso antinipônico produzidos por Takeuchi durante o período da iniciação científica, buscando analisar como se deu sua formação como historiadora e quais *lugares sociais* contribuíram para definir o seu “fazer-história”. Portanto, foi imprescindível historicizar os espaços em que a pesquisadora estava inserida, como a FFLCH/USP e o Proin. Sendo assim, este artigo é dividido em duas partes: a primeira é voltada a compreender como *lugares sociais* foram determinantes para a constituição de uma escrita da história sobre a imigração japonesa, ancorada no trabalho com arquivos policiais. Enquanto a segunda é dedicada à análise da primeira publicação da historiadora, buscando compreender como Takeuchi se propôs a narrar a imigração japonesa: articulando-a à história do Brasil e evidenciando uma preocupação em denunciar as ações repressivas do Estado brasileiro.

Desse modo, Michel de Certeau (1982) serviu como autor-base para a análise da escrita de Takeuchi, uma vez que se buscou compreendê-la como uma operação que articula a relação entre um lugar, os procedimentos de análise e a construção de um texto, ou seja, o *lugar social*, as “práticas científicas” e uma escrita. O primeiro é a instituição na qual ocorre determinada organização, isto é, que possui regras próprias e imposições. Foi na FFLCH/USP que a historiadora entrou em contato com a historiografia da Era Vargas e a possibilidade de pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), selecionando as suas fontes. Além de abrir espaços para outros, caso do Proin, onde Marcia Takeuchi aprendeu, na prática, como analisar os prontuários e dossiês, bem como escrever um texto histórico. Sendo assim, foram esses lugares que definiram os métodos, as problemáticas e onde se transformaram os dados “naturais” em fontes históricas, a serem analisados pela historiadora, sendo esses, portanto, o que se denomina de “práticas científicas”. Já a escrita é composta por um discurso histórico que, por meio da narração, pretende-se “dar um conteúdo verdadeiro” e um “lugar de autoridade”. Essa construção da credibilidade realizada por Marcia Takeuchi ocorreu, principalmente, por meio do uso rigoroso de fontes, referências e citações, pactuados como regras indispensáveis para sustentar a legitimidade de sua análise histórica.

A escolha de Marcia Yumi Takeuchi como objeto de análise não se deve apenas ao interesse de se investigar a sua trajetória enquanto historiadora da imigração japonesa, mas ao fato de que o seu percurso sintetiza a própria formação de pesquisadores inseridos no Proin, evidenciando as transformações historiográficas promovidas por esse núcleo de pesquisa. Takeuchi representa uma geração de historiadores cuja formação, que começou na iniciação científica e se prolongou durante o mestrado e o doutorado, foi atravessada por um modo coletivo de lidar com fontes e de conceber o ofício do historiador – prática, como será analisada, marcada, inicialmente, pelo tateamento das documentações policiais, em que passou a se elaborar categorias analíticas e metodologias próprias para esse tipo de fonte.

Os lugares de formação: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP) e Proin - Projeto Integrado do Arquivo Público do Estado e USP

Marcia Takeuchi iniciou a sua trajetória acadêmica ingressando na graduação em História da FFLCH/USP em 1995 e formou-se em 1998. Nessa época, o curso mantinha a estrutura existente desde a Reforma Universitária, como o sistema de créditos e a matrícula por disciplina (Capelato; Glezer; Ferlini, 1994; Costa, 2024). Para a obtenção do grau acadêmico, o estudante deveria cumprir um conjunto específico de disciplinas obrigatórias e optativas livres, completando o número mínimo de créditos exigido¹¹. Nesse currículo, constata-se a manutenção de algumas características do currículo de 1971¹², como a permanência da divisão da história em formato quadripartite: Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea; além de englobar a História da América e do Brasil à “história universal” (Costa, 2024). Do mesmo modo, há a continuidade dos cursos de *Teoria da História* e *Metodologia da História*, demonstrando como os professores do departamento concebiam o papel da graduação: o ensino e a pesquisa; ou seja, a graduação em História deveria formar um professor-pesquisador.

Além disso, existia, nessa instituição, a necessidade em se formar o historiador profissional, o sujeito do conhecimento que deveria aprender a utilizar-se do método histórico e da pesquisa em arquivos, os quais resultariam em uma escrita (Freire, 2020). Não somente nas disciplinas teóricas é possível perceber essa inclinação voltada para a pesquisa histórica. Outras também buscavam ensinar o ofício do historiador por meio do manejo das fontes e pela pesquisa. Essa foi a característica de *História do Brasil Independente II*, ministrada por Tucci Carneiro a partir da segunda metade da década

¹¹ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Reitoria. *Resolução nº 4091*, de 22 de junho de 1994. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?resolucao=consolidada-resolucao-no-4091-de-22-de-junho-de-1994>. Acesso em: 25 abr. 2025.

¹² Destaca-se o currículo de 1971, período em que o Departamento de História da USP buscou adequar-se à Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968), às Diretrizes e Bases (Lei nº 5.692) e ao Currículo Mínimo Federal (CMF) (Costa, 2024).

de 1990, cuja abordagem teve um impacto significativo na trajetória de Takeuchi, principalmente nas definições de sua carreira acadêmica.

No período em que Marcia Takeuchi cursou a disciplina, havia ocorrido a abertura do acesso aos arquivos do Deops/SP. Diante disso, o curso tinha como principal objetivo incentivar os alunos a desenvolverem pesquisas em arquivos brasileiros, especificamente no Apesp, para que entrassem em contato com uma variada tipologia documental. Ademais, concentrava-se na análise do período de 1930 e 1940, buscando contrapor as fontes inéditas disponíveis no Apesp com a historiografia contemporânea. Desse modo, Tucci Carneiro almejava implementar, em conjunto com o Departamento de História da USP, uma experiência de arquivo e laboratório de pesquisa, em que os estudantes aprenderiam, na prática, o ofício do historiador¹³.

A disciplina funcionou como um laboratório de pesquisa, direcionando o caminho investigativo de alguns estudantes na graduação. O conteúdo da disciplina passou a ser dividido em seis blocos principais, que abriram um leque de possibilidade de pesquisas: A historiografia contemporânea sobre a Era Vargas; A construção do autoritarismo; A lógica de desconfiança; O controle das massas; O discurso autoritário; O projeto político estadonovista. As aulas dividiam-se em teoria: leitura e fichamento da bibliografia; e prática: estágio no Apesp. O objetivo da professora na disciplina era que os graduandos entrassem em contato com a documentação da política política do estado de São Paulo e iniciassem as pesquisas. Os projetos escolhidos pela docente eram encaminhados à Fapesp para o desenvolvimento de iniciação científica. Posteriormente, esses estudos eram publicados na coleção *Inventário DEOPS*¹⁴ (Kossoy; Sobrinho; Carneiro, 2006).

¹³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Ementa da disciplina História do Brasil Independente II de 1995*. 1995. p. 60-62, 1995. Disponível em: <https://historia.fflch.usp.br/programasdasdiciplinasanteriorios>. Acesso em: 25 abr. 2025.

¹⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Ementa da disciplina História do Brasil Independente II de 1995*. 1995. p. 60-62. Disponível em: <https://historia.fflch.usp.br/programasdasdiciplinasanteriorios>. Acesso em: 25 abr. 2025.

Essa disciplina marcou a trajetória de Marcia Yumi Takeuchi:

[...] Essa é apenas a ponta de uma trajetória que começou por volta de 1999, quando tive a sorte de conhecer a jovem Marcia Yumi. Acompanhei a sua formação desde a graduação desenvolvida no Departamento de História do FFLCH-USP, onde cursou a minha disciplina História do Brasil Independente. Naquela ocasião, eu administrava parte das minhas aulas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, oferecendo monitoria e estágios de pesquisa associados ao Fundo Deops/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo). Lembro-me de que éramos um dos primeiros grupos de pesquisadores dedicados ao mapeamento dos prontuários e dossiês policiais produzidos pela Secretaria de Segurança Pública entre 1924 e 1954. Tendo em vista o ineditismo das fontes e a riqueza desse acervo policial, solicitei, com a ajuda do professor doutor Boris Kossoy, o auxílio-Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) para um projeto temático que é, ainda hoje, conhecido pela sigla Proin – Projeto Integrado Arquivo Público do Estado/USP [...] (Carneiro, 2016, p. 16).

Assim, com a citação, comprehende-se que cursar *História do Brasil Independente II* possibilitou o contato de Takeuchi com os prontuários do Deops/SP, aprendendo na prática o ofício do historiador e, consequentemente, a formulação da problemática de sua pesquisa. Além disso, a disciplina viabilizou a inserção da historiadora no Proin, o *lugar social* no qual Takeuchi aprendeu as regras para o seu “fazer-história”, marcado pelo manejo e catalogação da documentação policial. O grupo configurou-se, também, como um espaço de sociabilidade entre os pesquisadores.

O Projeto Integrado do Arquivo Público do Estado e USP foi fundado por iniciativa de Maria Luiza Tucci Carneiro e Boris Kossoy em 1995, a partir da abertura do acesso aos documentos do fundo DEOPS/SP no APESP, em 1994. Propôs a implementação de um projeto piloto ao Departamento de História da USP, em que almejava inventariar as fontes desse acervo¹⁵. Entretanto, somente no ano de 2000 que se oficializou como projeto temático financiado pela Fapesp. O Proin funcionou entre

¹⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Entrevista com Maria Luiza Tucci Carneiro*. [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, p. 1-13, 2024.

2004 e 2011, contando com bolsas de Iniciação Científica, do Programa de Capacitação, de Mestrado e de Doutorado (Kossoy; Sobrinho; Carneiro, 2006).

O grupo possuía dois objetivos principais: o resgate da memória política nacional e a formação de pesquisadores em nível de excelência. O primeiro manifesta a importância do projeto, pois renovou-se a historiografia sobre a temática, com análises de fontes inéditas e a elaboração de metodologias e de categorias específicas para lidar com a documentação policial. Contudo, esse objetivo é expresso no livro publicado em 2006, em comemoração aos dez anos do projeto, portanto, faz-se fundamental compreendê-lo como uma disputa pela memória disciplinar, que, como apontado por Manoel Luiz Salgado Guimarães (2005), ao ser instituída, tende a uma canonização de pesquisadores e obras. Diante disso, é perceptível que Tucci Carneiro e Kossoy almejavam introduzir inovações em seus trabalhos, o que lhes conferia o potencial de se consolidarem como clássicos na área de História do Brasil, na medida em que se tornaram leitura obrigatória para os estudiosos dessas temáticas.

Ademais, conforme Maria Luiza Tucci Carneiro, por meio do Proin, descobriu-se “[...] que era possível reescrever a história política brasileira a partir de uma história de anônimos [...]”¹⁶. Nesse sentido, a história produzida no grupo passou a ser concebida como uma espécie de denúncia das ações do Estado brasileiro e uma tentativa de reelaboração da historiografia sobre o período. Essa abordagem dialoga com a análise de Joan Scott (2020, p. 82) sobre os movimentos por reparação da escravidão nos Estados Unidos, visto que se entende que o propósito não era realizar um julgamento da história, relegando o mal ao passado, mas promover uma “prestaçāo de contas” que reconhecesse o passado que não passa e a insuficiência das narrativas lineares progressistas, as quais distorcem a historiografia. Há, dessa maneira, uma demanda por uma visão diferente da história que a considerasse como “um registro de descontinuidade e múltiplas temporalidades”, marcada pelo processo

¹⁶ CASTRO, Fábio de; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. USP e Arquivo Público do Estado lançam site com 184 mil fichas policiais dos arquivos do Deops. *Ecodebate*, 22 jan. 2009. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2009/01/27/usp-e-arquivo-publico-do-estado-lancam-site-com-184-mil-fichas-policiais-dos-arquivos-do-deops/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

de contenção e conflito, lutas com e pelo poder. Não sendo possível identificar os limites nítidos entre passado, presente e futuro.

O segundo objetivo do Proin efetivou-se por meio dos estágios realizados na disciplina de *História do Brasil Independente II*, resultando em historiadores com titulação de mestres e doutores. Como relatado por Tucci Carneiro¹⁷:

[...] Então, esse pessoal todo depois fez mestrado e alguns fizeram doutorado, ou comigo ou com outro professor. Continuaram com o mesmo tema, quer dizer, quem trabalhava com os afrodescendentes, o movimento negro, continuou, que era a Karin Sant' Anna Kössling. Bom, você vai ver pelas fotos cada um com o seu tema e que deu origem a várias teses, mestrados e tal. Eu acredito que, no total, nós formamos uma equipe, ao longo do tempo que nós ficamos lá, de 110 pesquisadores [...].

Considerava-se que a iniciação científica era uma preparação para o mestrado e o doutorado, nos quais aprofundar-se-iam os temas – ação que Marcia Takeuchi também realizou, já que deu continuidade a pesquisa sobre o “perigo amarelo” e o discurso antinipônico na pós-graduação¹⁸. Essa oportunidade proporcionada por Tucci Carneiro introduziu os seus alunos no universo acadêmico e os direcionou para constituição de uma carreira sólida.

Para além desses, buscava-se, ainda, identificar e mapear os prontuários e dossiês do Acervo Deops/SP, delimitando o período de 1930 a 1950; produzir um banco de dados e imagens para facilitar o acesso aos pesquisadores; publicar manuais de orientação para os estudiosos do tema; tornar o projeto um laboratório de pesquisa adequado para a formação do historiador, com aplicação e debates de metodologias específicas para as fontes iconográficas (Kossoy; Sobrinho; Carneiro, 2006).

¹⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Entrevista com Maria Luiza Tucci Carneiro*. [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, p. 1-13, 2024. p. 7.

¹⁸ Resultou nas pesquisas do mestrado e doutorado, publicadas sob os títulos *O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito* (2008) e *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário Social (1897-1945)* (2016).

O Proin deve ser entendido como laboratório de formação dos estudantes, em que aprendiam, na prática, o ofício do historiador por meio do manejo das fontes. Conforme Gláucia Rodrigues Castellan¹⁹:

[...] O projeto da ditadura e o projeto do Proin trabalhavam em andares diferentes, mas ao mesmo tempo. É que o projeto da [Maria Aparecida de] Aquino terminou antes do que o da Tucci. Quando eu entrei, logo no primeiro ano, eu queria trabalhar com isso, eu queria fazer pesquisa, eu nem tinha feito as matérias, mas eu queria. Eu fiquei sabendo desse projeto da Aquino e fui atrás dela, no primeiro ano, não sabia nada. É claro que eu tomei um passa fora, com muita gentileza, eu tomei um passa fora. Tipo assim: ‘volta daqui dois anos’. Hoje eu entendo que ela estava certa, mas naquele momento eu fiquei frustrada. [...] A Tucci era a que tinha mais abertura para a pesquisa, era o que eu queria, então, me matriculei no curso dela. Logo nas primeiras [aulas] ela apresentou o que tinha e eu decidi que era isso. [...] Então, acaba que como ela tinha essa abertura, quem queria fazer pesquisa acabava caindo lá mesmo, porque era mais difícil entrar naquele outro. O grupo da Aquino era realmente de indivíduos que já estavam se formando, porque a ideia não era formar pesquisador, era de encontrar a documentação. Ela trabalhava com alunos que já estavam no último ano, ou que já entrariam no mestrado, que já eram mestres. [...] [O Proin] era meio que uma escola mesmo, meio que um berçário que os graduandos iam se formando, iam aprendendo a fazer pesquisa ali. Muito do que aprendi, analisar imagem e documentos, ler e entender, fazer balizamento, tudo foi ali. Foi com ela, mas também com a equipe dela que já tinha aprendido.

Assim, diferentemente de outros projetos, era nesse espaço que os alunos aprendiam a pesquisar e tornar-se historiador, bem como foi por intermédio do Proin e da orientação de Tucci Carneiro que os estudantes iniciaram as trajetórias acadêmicas dentro da área de História do Brasil, especificamente nos temas de repressão, autoritarismo, antisemitismo, racismo, memória e migração durante o período Vargas.

Conforme se realizavam as catalogações dos documentos, tornou-se necessário organizar o Proin, sendo proposta a divisão em duas coordenadorias principais:

¹⁹ CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. *Entrevista com Gláucia Rodrigues Castellan*. [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, 2025. p. 8.

Inventário, sob responsabilidade de Tucci Carneiro; e Iconografia, coordenada por Kossoy. A primeira equipe dedicava-se a digitalizar as 182 mil fichas remissivas, produzir outras cadastrais e sintetizar os prontuários para inserir no banco de dados. Enquanto o setor de Iconografia sistematizava as documentações fotográficas e pictóricas anexadas aos prontuários, ambas as coordenadorias foram imprescindíveis para o “fazer história” de Marcia Takeuchi, pois funcionaram como laboratórios de formação. O primeiro possibilitou que a historiadora aprendesse a lidar com a documentação policial, aplicando a metodologia específica para esse tipo de fonte, e como catalogá-la e inventariá-la. Já o segundo foi fundamental para o desenvolvimento do mestrado, uma vez que, a partir do contato com Boris Kossoy, Takeuchi passou a analisar, também, as fotografias sobre os japoneses presentes nos prontuários do DEOPS/SP.

O Proin era formado por gerações de pesquisadores²⁰: a primeira acompanhou a abertura do acesso aos documentos e todo o processo de fundação do projeto – inicialmente esses monitores não possuíam bolsa²¹. A segunda geração foi monitorada pela primeira, e, logo de início, receberam a bolsa de iniciação científica da Fapesp. Depois, formou-se uma terceira, à qual Takeuchi pertencia. Os pesquisadores dessa geração foram contemplados seja com a bolsa de Iniciação Científica seja com a do Programa de Capacitação/Treinamento Técnico. Posteriormente, sugeriram outras gerações até a finalização do projeto em 2011.

Conforme o projeto se estruturava, tornou-se preciso separá-lo em módulos, que, consequentemente, resultaram na própria divisão dos inventários publicados. Assim, sugeriu-se a criação de inventários temáticos, que tiveram os seus títulos baseados nos termos cunhados pela polícia política. De acordo com Rogério Dezem²²:

²⁰ Nas entrevistas com Dezem, Perazzo e Wiazovski, o Proin é frequentemente descrito em termos de gerações, com cada entrevistado se identificando com uma específica.

²¹ PERAZZO, Priscila Ferreira. *Entrevista com Priscila Ferreira Perazzo*. [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, 2024. p. 1-16.

²² DEZEM, Rogério Akiti. Entrevista com Rogério Akiti Dezem. [Entrevista concedida a] Richard Gonçalves André. Prajna: *Revista de Culturas Orientais*, v. 3, n. 5, p. 5-43, 2023. p. 10-11.

Quando o grupo se estruturou e se consolidaram os módulos de pesquisa, como os dos japoneses (Márcia e eu), dos alemães (três pesquisadoras) e os outros, começamos a discutir nas reuniões bibliografias afins, só que em perspectivas diferentes, pensando no contexto de cada grupo estudado. Desse modo, aprendíamos mais entre nós, orientados, e a Tucci organizava e direcionava todo esse processo. Posteriormente, o PROIN cresceu, amadureceu como projeto e produtor de pesquisa acadêmica sobre a Era Vargas. Isso levou, naturalmente, à efetivação de uma certa hierarquização dentro no grupo.

Diante disso, cada pesquisador responsabilizava-se por sua área de estudo, o que possibilitava a diversidade de discussão nas reuniões. Entre esses, fundou-se o módulo *Japão, japoneses*, no qual os responsáveis eram Marcia Takeuchi e Rogério Dezem. Ambos os especialistas pesquisavam a imigração japonesa, porém, em períodos diferentes.

Nesse excerto, é possível identificar que, embora os pesquisadores estabelecessem amizades e trocas acadêmicas, havia, ao mesmo tempo, hierarquia e diferenças entre eles. Portanto, existia rivalidade intelectual e, às vezes política, entre os integrantes do Proin, que disputavam um lugar de prestígio em um campo marcadamente hierárquico. Assim, era comum que competissem espaço nos projetos e buscassem o reconhecimento de seus pares. Como relatado por alguns integrantes:

O Proin foi um caminho para mim e para muitos da minha geração, daquele grupo da Tucci, quando a gente adentra na pesquisa. Então, em 1996 eu comecei a fazer parte do Proin, fiz a minha iniciação científica lá, tive a publicação do inventário, em 2000, que era parte desse projeto como você bem sabe. Eu acho que foi o período de formação mesmo para mim, como historiador mesmo. Ali dava para falar, pelas dificuldades, pelas descobertas, pelo aprendizado, pelas trocas. Acho que valeu muito pela questão das trocas e também eu comento um pouco pela competição, competição saudável, não é? Que acaba tendo entre jovens pesquisadores²³.

²³ DEZEM, Rogério Akiti. *Entrevista com Rogério Akiti Dezem*. [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, 2024. p. 1.

Apesar dessa rivalidade entre os pesquisadores, essa situação não impedia o desenvolvimento de amizades genuínas, formadas por sensibilidade, afetividade e cumplicidade, tanto em projetos acadêmicos quanto na vida pessoal. Essa dinâmica é explicada pela própria lógica do campo científico: a luta por reconhecimento e legitimidade nem sempre se manifesta de forma consciente ou declara. Conforme observa Bourdieu (2013, p. 41), um “[...] agente ou grupo de agente pode ameaçar o crédito dos outros membros do campo unicamente por sua existência (impondo por exemplo modos de pensamento e de expressão novos e critérios de avaliação favoráveis a suas próprias produções)”. Dessa forma, os integrantes do Proin poderiam não se perceber como “inimigos”, mas competiam, simbolicamente, seja pela introdução de novos modos de pensar e produzir conhecimento, seja pela conquista de posições e dos capitais de prestígio científico e notoriedade intelectual.

Conclui-se que a experiência prática proporcionada pelo Proin possibilitou que Takeuchi, assim como outros integrantes, construísse um modo de “fazer-história” pautado no contato direto com o arquivo e na catalogação das fontes. Durante a sua iniciação científica, a historiadora partiu primeiramente do mapeamento dos inquéritos, sem, necessariamente, focar em metodologias específicas, dedicando-se, posteriormente, à análise e à escrita dos documentos, como será detalhado a seguir.

Uma historiografia da imigração japonesa associada à história do Brasil?

Decorrente desse contato com o Apesp e com o acervo do Deops/SP, Marcia Takeuchi definiu a problemática, o objeto e as fontes de seus estudos. Em 1998, iniciou a pesquisa *O “perigo amarelo” segundo a lógica da desconfiança (1939-1945)*, concluindo-a em 2001. A obra foi publicada sob o título *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)* em 2002, integrando à coleção *Inventário DEOPS*. O livro possui 200 páginas e é dividido em duas partes: a primeira é dedicada à análise dos documentos, sendo

formada por três capítulos. Já a segunda contém o inventário dos 154 prontuários e uma tabela com as 29 iconografias utilizadas.

O propósito principal da pesquisa era sistematizar a documentação policial referente aos imigrantes japoneses e seus descendentes, focalizando o cotidiano desses indivíduos durante a Segunda Guerra Mundial. Para tal, a autora utilizou os prontuários do Deops/SP, dos quais 49 eram requerimentos de transferências de residência, 41 sobre pedidos de salvo-conduto, 16 acerca de cidadãos presos por falarem japonês em público, nove referentes às reuniões e associações comunitárias, além de outros que expressavam o universo de repressão dos anos de 1930-1940.

A historiadora argumentou que, com a documentação, foi possível reconstituir, apesar da organização da polícia política, “[...] o discurso repressivo dessa instituição que, em diferentes momentos, se prestou como instrumento de legitimação do governo Vargas durante o Estado Novo (1937-1945)”²⁴. Além disso, essas fontes permitiram recuperar os estereótipos acionados contra esses indivíduos, “[...] duplamente estigmatizados: se no período anterior, durante a guerra, eram vistos como uma ameaça à formação étnica da população brasileira, no decorrer do conflito, eles foram tratados como perigo militar”²⁵.

Para a análise, Takeuchi aplicou a categoria de lógica da desconfiança, entendendo como o controle policial foi fundamentado. Nota-se que essa noção empregada provém do aprendizado com a sua orientadora na disciplina de *História do Brasil Independente II*, uma vez que esse era um dos temas discutidos nas aulas. Portanto, é perceptível a transmissão cultural da orientadora, à medida que Takeuchi a aceitou e deu continuidade, se definindo em relação a uma tradição (Sirinelli, 2003). Outrossim, essa categoria foi formulada por Tucci Carneiro em conjunto com outros pesquisadores do Proin, baseando-se nos próprios termos empregados pela polícia política nos dossiês e também no livro *DOPS - A lógica de desconfiança*, publicado em

²⁴ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 13.

²⁵ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 13.

1996 pela Secretaria do Estado de Justiça e pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Como as fontes eram inéditas e não havia metodologia apropriada para analisá-las, tal qual, pois não existiam definição e classificação dos prontuários, eles dedicaram-se, inicialmente, mais a um trabalho de sondagem, buscando definir as categorias, expressões e métodos de análise:

[...] Nós tivemos, assim, o que foi muito importante, esse movimento de transformação, quer dizer, como os alunos foram se conscientizando da importância da documentação, trabalhar com a documentação, com a tipologia, identificar corretamente a tipologia da documentação policial, que era uma experiência que ninguém tinha naquele momento. Então, tivemos que criar. Isso era interessante porque nós inicialmente tivemos que criar uma expressão, vamos dizer assim, para aquela documentação e tentar encontrar a partir de uma formulação até jurídica dessa documentação. Como tratar, por exemplo, ordem de prisão, qual a palavra correta e tal [...]²⁶.

Em razão disso, boa parte das noções aplicadas nas análises de Marcia Takeuchi foi retirada da própria documentação policial ou baseada na análise de outros arquivos estaduais. Desse modo, a prática científica de Takeuchi foi demarcada muito mais pela relação com as fontes do que pelos debates teóricos e metodológicos, que ocorriam durante os seminários ou reuniões do grupo de pesquisa. Somente com o desenvolvimento dos estudos, começaram-se a, realmente, dominar as ferramentas de análise²⁷.

Para investigar o discurso da polícia política contra o amarelo, Takeuchi defendeu que era preciso atentar-se a dois eventos: o pensamento antinipônico do século XX e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O primeiro foi abordado, brevemente, na introdução, com uma análise próxima à de Maria Luiza Tucci

²⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Entrevista com Maria Luiza Tucci Carneiro*. [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, p. 1-13, 2024. p. 4.

²⁷ DEZEM, Rogério Akiti. Entrevista com Rogério Akiti Dezem. [Entrevista concedida a] Richard Gonçalves André. Prajna: *Revista de Culturas Orientais*, v. 3, n. 5, p. 5-43, 2023; PERAZZO, Priscila Ferreira. *Entrevista com Priscila Ferreira Perazzo*. [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, 2024. p. 1-16.

Carneiro, em sua tese intitulada *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração* (1930-1945) sobre os judeus. Nessa pesquisa, Tucci Carneiro investigou a questão antisemita durante o período do Estado Novo, entendendo como esse povo foi concebido como indesejável para a formação da nação brasileira, bem como a propagação dos valores antisemitas tanto pela opinião pública quanto pelos órgãos governamentais. Em seu terceiro capítulo, Tucci Carneiro abordou as campanhas antimigratórias em relação aos japoneses, negros e judeus, tratados como “indesejáveis”. Esses indivíduos foram alvos de “textos racistas”, que traçaram uma “apologia à raça ariana” e apelaram “para estereótipos tradicionais”, denunciando “[...] ‘perigos’ e os ‘excluídos’, criando-se um imaginário homogêneo de comunidade nacional”²⁸.

Segundo essa perspectiva analítica proposta por sua orientadora, Marcia Takeuchi apontou que o discurso antinipônico, propagado por intelectuais como Oliveira Vianna, Artur Neiva e Miguel Couto, foi legitimado por meio de um nacionalismo exacerbado, enfatizando a inassimilabilidade, a inferioridade e a ameaça dos amarelos ao “[...] projeto étnico de um futuro Brasil branco”, ou seja, não poderiam fazer parte do projeto étnico do governo de Vargas. Além disso, atestou-se a expansão desse discurso devido ao “[...] crescimento da imigração japonesa no final da década de 20 e a queda brusca da imigração branca”²⁹, que “[...] colocaram em discussão a insegurança e o descontrole provocados pelo processo de miscigenação com raças ‘muito diferentes’”³⁰.

Em relação ao segundo, a historiadora argumentou que, com a Segunda Guerra Mundial e a entrada do Brasil ao lado dos aliados, os imigrantes japoneses e os seus

²⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração* (1930-1945). São Paulo: Editora brasiliense, 1988. p. 154.

²⁹ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 15.

³⁰ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 15.

descendentes passaram a ser vistos “indiscriminadamente como súditos do Eixo”³¹, isto é, considerados os representantes de uma nação imperialista e definidos como pequenos súditos do imperador. Esses argumentos racializados foram apropriados pela polícia política para embasar as suas ações, sendo essa a tese central da obra, a qual a pesquisadora dedicou analisar, por intermédio das fontes, nos três capítulos. Além de ser o diferencial em relação à historiografia da imigração japonesa, as pesquisas anteriores ainda estavam ou muito ligadas aos Estudos de Comunidade, optando por uma perspectiva da assimilação e aculturação³², ou estava associada às áreas de História Econômica ou Demográfica, focando na integração dos imigrantes e as relações econômicas³³.

Nessa obra, a autora indicou também as transformações do discurso do “perigo amarelo” conforme os jogos e os interesses das autoridades e como essa ideia derivou do inglês *yellow peril*, difundido nos Estados Unidos devido ao temor de uma invasão asiática no início do século XX. Essa explicação é importante porque foi a base da pesquisa do pós-doutorado, em que Takeuchi buscava comparar a documentação estadunidense com a brasileira, compreendendo como “o lugar do japonês no imaginário político foi construído e difundido segundo o modelo norte-americano de imprensa”³⁴.

Posto isso, o primeiro capítulo denominado “Japoneses sob a mira da Polícia Política” dedicou-se à investigação de como os argumentos racializados foram utilizados pelo Deops/SP, causando embates entre nacionalismos e resultando na repressão por meio de decretos. Nesse sentido, a autora subdividiu o capítulo em *Nacionalismo x Imperialismo e Etnicidade Reprimida*. Em ambos subtópicos, faz-se

³¹ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 16.

³² Pode-se citar as pesquisas de Emílio Willems (1941); Hiroshi Saito (1964; 1973; 1980); Francisca Vieira (1973).

³³ São os trabalhos de Masanori Fukushima (1986); Masako Shimizu (1987).

³⁴ OS IMIGRANTES japoneses: entre a terra da liberdade e o paraíso tropical (1907-1924). *Biblioteca Virtual da FAPESP* Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/70248/os-imigrantes-japoneses-entre-a-terra-da-liberdade-e-o-paraiso-tropical-1907-1924/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

possível identificar, novamente, referências das pesquisas de sua orientadora, uma vez que Takeuchi enfatizou, também, que “sob a máscara do nacionalismo”³⁵, o Estado brasileiro recorreu aos argumentos xenófobos para legitimar-se e fortalecer a imagem de Vargas.

Diante disso, o primeiro subtópico versou como a posição do governo brasileiro em relação aos imigrantes foi afetada pela pressão internacional dos Estados Unidos e da Alemanha. Baseada nas pesquisas realizadas, anteriormente, por Tucci Carneiro e publicadas no livro *Cidadão do Mundo: O Brasil diante do Holocausto e dos Judeus Refugiados do Nazifascismo (1933-1948)* de 2010³⁶, Marcia Takeuchi destacou as posições ideológicas das autoridades brasileiras: germanófilos/fascistas x americanófilos. Ambos os países queriam que o Brasil se posicionasse, abandonando a sua neutralidade. Tal fato ocorreu em 1942, quando o Brasil rompeu as relações com as potências do eixo. Isso transformou os imigrantes alemães, italianos e japoneses em inimigos do Estado. Assim, o exército, mais especificamente a polícia política, passou a reprimir, controlar e vigiar esses indivíduos. A partir do estabelecimento dessa lógica de desconfiança, então, o cotidiano dos imigrantes, incluindo os japoneses, alterou-se:

Os crimes contra a economia popular e os crimes sociais passaram a ser tratados como crimes políticos. Pairava no ar a ideia de que a ordem social e a segurança nacional estavam sendo garantidas pela ação sistemática dos órgãos oficiais de repressão e censura, responsáveis pela vigilância e punição aos inimigos da nação³⁷.

³⁵ Em sua tese, Tucci Carneiro (1988, p. 499) argumenta que o antisemitismo “[...] que se manifestou durante a Era Vargas pode ser caracterizado como político e xenófobo, apesar de camuflado sob a máscara do nacionalismo”.

³⁶ Nesse estudo, Tucci Carneiro analisou como antisemitismo encontrou condições para se manifestar no Brasil, contando com o apoio da igreja católica e das instituições governamentais. A autora identificou, no governo, os germanófilos declarados, como Filinto Müller, Francisco Campos e Góes Monteiro, e os americanófilos: Oswaldo Aranha. Esses indivíduos atuaram “[...] como uma espécie de articulistas políticos, gerenciando cargos de poder junto aos governos xenófobos de Getúlio Vargas e de Eurico Gaspar Dutra” (CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo: O Brasil diante do Holocausto e dos Judeus Refugiados do Nazifascismo (1933-1948)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2010, p. 410).

³⁷ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 22.

Nesse subtópico, constata-se que o contato com a orientadora, consequentemente com as pesquisas, determinou a análise e a escrita da história de Takeuchi, à medida que serviu de embasamento para se pensar o contexto da Era Vargas e a sua relação com a Segunda Guerra Mundial. Da mesma maneira, a pesquisadora reproduziu algumas dificuldades próprias do Proin, como a definição de noções e conceitos relacionados ao universo da polícia. Um exemplo é o emprego do termo de “crimes políticos”, que a historiadora mencionou sem defini-lo, evidenciando como os pesquisadores do grupo ainda estavam explorando e aprendendo a trabalhar com a documentação específica. Torna-se visível, ainda, que Marcia Takeuchi definiu as noções operatórias de sua pesquisa a partir dos próprios documentos, ou seja, algumas expressões mobilizadas para investigar a repressão e a atuação do Deops/SP foram retiradas dos prontuários, evidenciando, desse modo, apropriação da linguagem empregada pela polícia política.

No segundo, abordou-se como a etnicidade japonesa foi reprimida por decretos. Por meio dos prontuários, Takeuchi destacou as diversas restrições, como a censura oficial à correspondência internacional; o fechamento de escolas “etnicamente orientadas”; a obrigatoriedade do ensino nacional; as proibições do uso da língua estrangeira em público, das transmissões radiofônicas e da circulação de jornais, livros e revistas em língua estrangeira. Para exemplificar, citou os casos de José Takayama, preso por se expressar em língua japonesa em público, e de Masahuru Miyamoto, acusado de patrocinar escolas japonesas e promover reuniões comunistas. Nesse subtópico, é notável o peso dado às fontes, visto que serviram como “provas” da institucionalização do discurso antinipônico e da violência policial, os quais modificaram o cotidiano desses sujeitos considerados “quinta-coluna”.

O segundo capítulo, intitulado “A geopolítica do controle: o Estado diante da comunidade japonesa”, analisou o modo como os imigrantes passaram a ser suspeitos em potencial dos atos de sabotagem e espionagem; sendo assim, o Estado passou a controlá-los por meio da polícia política, “[...] que, munida de mecanismos

sistemáticos de vigilância, procurava registrar comportamentos, ideias e virtualidades desviantes"³⁸. Com o objetivo de evidenciá-los, a historiadora referiu-se ao sistema de salvo-conduto, que legalizou a “geopolítica do controle” desses indivíduos. Segundo Marcia Yumi Takeuchi³⁹, para “[...] se locomover de uma localidade para outra, esses estrangeiros eram obrigados a portar um documento temporário que controlava o ato de ‘ir e vir’ de todos os cidadãos alemães, japoneses, ou italianos”. Além dessa imposição, restringiu-se o uso de veículos automotores por parte dos imigrantes dos países pertencentes ao Eixo, considerada como ação preventiva de atos subversivos. Tal como no capítulo anterior, Takeuchi analisou as proibições por meio de prontuários, destacou-se o de Isao Jikihara, cujo salvo-conduto era restrito apenas para viagem à Penápolis, porém, o acusado percorreu diversas cidades paulistas.

Ademais, Takeuchi assinalou outras ações que almejavam fiscalizar esses sujeitos: a deportação para colônias agrícolas em áreas de fronteiras, o confinamento e a expulsão. Citou o recolhimento dos imigrantes japoneses, alemães e italianos que moravam na região Norte para a colônia de Tomé-Açu; a retirada de japoneses residentes no litoral paulista, como na cidade de Santos, e a ordem de retirada dos japoneses residentes na área da Rua Conde Sarzedas. A pesquisadora argumentou que essas ações foram pautadas na ideia de segurança nacional. Para trabalhar tais acontecimentos, diferentemente das análises anteriores, Marcia Takeuchi baseou-se na bibliografia, como a tese *Prisioneiros de guerra: os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)* de Priscila Ferreira Perazzo, que estava sendo desenvolvida no período e foi defendida em agosto de 2002, sob orientação de Tucci Carneiro, e a obra *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. Isso demonstra a circulação e a sociabilidade do grupo, uma vez que esse livro foi utilizado também por Rogério Dezem em sua iniciação científica, publicada em 2000.

³⁸ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 31.

³⁹ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 32.

A pesquisadora identificou, ainda, como “geopolítica do controle” a participação da própria população. Inserida em um universo de medo e ameaça, ela se tornou “[...] um agente-colaborador, visto que qualquer cidadão poderia (e deveria) informar as autoridades sobre atitudes suspeitas. Desse modo, tanto a população como a imprensa eram incitadas a participar da vigilância instituída pelo Estado autoritário”⁴⁰. Para defender tal ideia, Takeuchi apresentou o prontuário de Kintaro Ueno, acusado de escrever um livro subversivo em japonês e que foi delatado por Renato Taveiros, pois acreditava ser sua responsabilidade fiscalizar “os estrangeiros do eixo” e cooperar com os poderes públicos.

Por fim, há dois elementos que merecem destaque nesse capítulo: o primeiro é a forma em que a historiadora trabalhou e aplicou os signos construídos pela polícia política, sendo as expressões “súditos do eixo”, “apátrida”, “conspiração”, “refugiado”, “quinta-coluna”, os quais trouxeram “[...] consequências, traumáticas para a sociedade civil de forma geral e para cada cidadão estigmatizado em particular. Pode-se dizer, ainda, que colocou em risco a memória dos grupos políticos e das minorias”⁴¹. Apesar de a autora entendê-los de forma crítica, ela os aplicou no decorrer de todo o texto. Sugere-se, que, assim como a sua orientadora na tese⁴², Marcia Takeuchi apropriou-se dessas expressões com o objetivo de enfatizar os estigmas relacionados aos imigrantes japoneses, enveredando para o caminho da denúncia e, ao mesmo tempo, da lamentação. Isso é notório também, quando a pesquisadora, no final do capítulo, buscou ressaltar que muitos desses imigrantes japoneses eram “[...] despolitizados e identificados com o ideário do governo brasileiro”⁴³.

⁴⁰ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 39.

⁴¹ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 31-32.

⁴² Em sua tese, Maria Luiza Tucci Carneiro recebeu algumas críticas, como a elaborada por Marcos Chor (1998, p. 308). O autor argumentou que a historiadora aproximou-se da historiografia tradicional sobre o antisemitismo, pois enveredou frequentemente pelos caminhos da lamentação e da denúncia, o que resultou na “[...] ausência de uma análise mais dialética que conceba o fenômeno do antisemitismo a partir das relações de interação e conflito entre judeus e não judeus”.

⁴³ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 41.

No último capítulo, designado “O levante secreto dos nipões”, a pesquisadora empregou a prática científica marcada pelo manejo dos documentos, própria do Proin. Desse modo, a partir dos dois volumes do prontuário *Niponismo*, Takeuchi analisou o controle e os mecanismos de repressão adotados pelo Deops/SP aos imigrantes japoneses e os seus descendentes. Diferentemente dos capítulos anteriores, nos quais a historiadora utilizou as fontes como uma comprovação, nessa parte é o documento que ditou a escrita. O prontuário foi produzido a partir de investigações realizadas pelo delegado Eduardo Lousada Rocha e pelo capitão Silvio Pinto da Luz, sendo composto por “[...] um mapeamento dos núcleos japoneses instalados pelo interior paulista, dados estatísticos das atividades econômicas de cada localidade e lista de pessoas influentes nas colônias, com ênfase especial naquelas que haviam pertencido ao Exército Imperial Japonês”⁴⁴.

Marcia Yumi Takeuchi compreendeu que os investigadores reuniram pequenos detalhes que ajudavam a compor o perfil do japonês suspeito:

[...] Para as autoridades policiais, o fato de os nipônicos exaltarem as qualidades do Exército japonês e se comunicarem em idioma de sua terra natal era uma expressão de traição à nação brasileira, postura perigosa para qualquer país em tempos de guerra. Esses aspectos reforçavam a ideia de descomprometimentos dos japoneses com a sociedade brasileira, atitude manifestada através da aplicação do termo ‘estrangeiro’ aos brasileiros⁴⁵.

Outrossim, a maioria das acusações era relacionada ao medo de o Brasil tornar-se uma nova Manchúria, isto é, nesse sentido, ocorreu uma readaptação do mito de conspiração secreto à realidade nipônica. Assim, a historiadora defendeu que os relatórios policiais desse prontuário reproduziram os estereótipos propagados pela literatura contrária à imigração japonesa dos anos de 1920-1930. Esse argumento

⁴⁴ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 45.

⁴⁵ TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 74.

tornou-se, posteriormente, a problemática da pesquisa no mestrado, já que foi uma continuidade da iniciação científica.

Em vista disso, a pesquisadora realizou um dos objetivos do Proin: levar a iniciação científica para o mestrado e o doutorado. Bem como, Tucci Carneiro considera Marcia Takeuchi um exemplo da experiência de formação de pesquisadores em nível de excelência e o resultado desejado: “[...] da graduação passar para um treinamento técnico, oferecido por bolsas FAPESP, desse treinamento fazer toda a carreira, ingressar no mestrado, doutorado e depois pós-doutorado”⁴⁶.

A primeira parte da obra revela como a “prática científica” e a escrita de Takeuchi foram ditadas pelas fontes. Esses elementos são resultados das finalidades do Proin e da própria coleção *Inventário DEOPS*. O primeiro definiu como era organizada a prática dos historiadores, que, como apresentado, começou pelo tateamento dos documentos. Enquanto o segundo intencionava publicizar e facilitar o acesso aos inquéritos para outros historiadores, ficando a escrita como secundária. Conforme relatado por Rogério Dezem⁴⁷:

Ao iniciar as pesquisas sobre a Shindō Renmei, pesquisando e catalogando os prontuários, escrevendo dois artigos curtos, o caminho natural era tornar essa documentação pública em uma série de inventários voltados para a consulta. Essa era a nossa meta do projeto: a iniciação científica como o caminho para a publicação dos inventários DEOPS. Assim, dar luz à documentação era mais importante e o texto introdutório de cada inventário publicado encontrava-se em segundo plano.

Tal aspecto torna-se ainda mais perceptível ao direcionar o foco para a segunda parte do livro, em que mais da metade é dedicada para as fichas inventariadas, que seguem a estrutura definida dentro do Proin. No início do projeto, os coordenadores e os pesquisadores depararam-se com os prontuários e dossiês todos desordenados, sem

⁴⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Entrevista com Maria Luiza Tucci Carneiro*. [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, p. 1-13, 2024. p. 1.

⁴⁷ DEZEM, Rogério Akiti. Entrevista com Rogério Akiti Dezem. [Entrevista concedida a] Richard Gonçalves André. Prajna: *Revista de Culturas Orientais*, v. 3, n. 5, p. 5-43, 2023. p. 14-15.

uma lista nominal, justamente porque a intenção da polícia política era impedir a compreensão da organização dos arquivos. Desse modo, para facilitar as buscas, propôs-se a criação do banco de dados e imagens, no qual eram digitalizadas e inseridas as fichas cadastrais, contemplando o objetivo de divulgação das fontes. Tal como apontado por Taciana Wiazovski⁴⁸:

O Proin tinha uma base de dados com as informações dos prontuários, porque eles não tinham nada. Os prontuários eram organizados em um código alfanumérico que a gente não entendia a lógica, foi feito de propósito, porque a ideia era que as pessoas não entendessem a lógica de organização do DOPS. Eles estavam todos misturados. Antes de entregar, eles misturaram tudo, eles tiraram prontuários, eliminaram prontuários. Então, assim, o que ficou, ficou, entendeu? Mas ficávamos tentando decodificar essa lógica, até hoje não sabem, não entenderam. É isso, abríamos os documentos e o que fazíamos? Íamos cadastrando um por um, entendeu? Nacionalidade, nome, tudo.

Esse banco de dados era um dos resultados finais esperados do projeto, disponibilizado em um site específico, no qual era possível consultar as fichas digitadas, sendo uma amostragem dos documentos do acervo no site do APESP. Fazia-se a busca por meio de palavras-chaves, as quais eram relacionadas ao assunto: nome, nacionalidade, cor/raça, religião, estado civil, gênero, profissão, endereço ou cidade. Também era possível, por meio do apelido/filiação ou por assunto, como comunismo, integralismo, feminismo, entre outros. A segunda seção manteve essa mesma estratégia do banco de dados e que foi adotada nos demais volumes da coleção. Nela, Takeuchi sistematizou as fichas inventariadas referentes aos japoneses, apresentando os resumos, os números e os nomes dos respectivos prontuários – muitas vezes o nome do acusado, da delegacia referente ou temas; vulgo, apelido do denunciado; cor/raça; religião; profissão; nacionalidade; naturalidade; data limite, abertura e encerramento/arquivamento do prontuário; síntese e as palavras-chave.

⁴⁸ WIAZOVSKI, Taciana. *Entrevista com Taciana Wiazovski*. [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, p. 1-10, 2024. p. 5.

Já em relação às iconografias, há uma tabela que ocupa quatro páginas, composta por 24 fotografias, dois objetos, dois desenhos e uma macrofotografia. Essa parte seguiu-se a sistematização realizada no setor de Iconografia do Proin, sob a coordenação de Boris Kossoy. Por serem caracterizadas como conteúdos polissêmicos, as iconografias necessitavam de estudos críticos e que se aplicassem metodologias adequadas para análise e interpretação. A sistematização resultou no banco de imagens informatizado, no qual se inseriram fichas com os seguintes descritores: identificação (número de tombo); procedência (origem do documento); características físicas (modalidades dos suportes da informação iconográfica); análise iconográfica (informações detalhadas acerca dos elementos constitutivos da iconografia) e arquivos (dados sobre a guarda e armazenamento do documento). Portanto, a tabela no livro *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)* contém a identificação, a tipologia, a data e a análise iconográfica, contendo as principais informações acerca dos elementos constitutivos das imagens.

Observa-se, com as análises, a relação do historiador com o arquivo, marcada pela imersão nos inventários, ou, muitas vezes, uma “espécie de afogamento” (Farge, 2009). O arquivo permite conhecer pequenos trechos da vida de personagens comuns e que não são visíveis na história. Como Takeuchi trabalhou com inquéritos, esses pequenos fragmentos de vida partem da visão da polícia. Nenhum desses indivíduos imaginava que se encontrariam na situação de ter que explicar e justificar. Sendo assim, os relatos não seguem a mesma linha do impresso. Apesar de terem uma estratégia, são consignados ao fato ocorrido no momento. Contudo, são necessários porque revelam aquilo que não seria exposto se não fosse a “ocorrência de um fato social perturbador”, evidenciando um não dito (Farge, 2009, p. 14). Isso é ressaltado por Marcia Takeuchi, ao salientar que, por meio dos prontuários, reconstituíu-se o discurso repressivo dessa instituição e do governo de Vargas, além de viabilizar o conhecimento sobre o cotidiano vivenciado pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, os quais foram submetidos às repressões policiais.

Outrossim, torna-se evidente a relação que a pesquisadora tentou traçar entre a história do Brasil e a imigração japonesa, uma vez que procurou explicar a repressão sofrida pelos imigrantes japoneses e seus descendentes devido ao nacionalismo xenófobo brasileiro e à entrada do país na Segunda Guerra Mundial. Isso demonstra o tipo de historiografia produzida naquele período, assinalada, primeiramente, pelo *lugar social*, em que Maria Luiza Tucci Carneiro exigia que os seus orientandos situassem a história dos imigrantes dentro da área de História do Brasil. Entende-se que a pesquisa de Marcia Takeuchi seguiu a tendência da historiografia brasileira dos anos 1990, na qual se compreendia que as narrativas históricas produzidas sobre o Sudeste, especificamente São Paulo, eram consideradas representantes da história nacional, enquanto as produzidas sobre outras regiões eram vistas como histórias regionais ou locais (Santos, 2018).

Propõe-se, também, que a produção da historiadora se distanciava de uma historiografia da produção anterior da imigração japonesa, que focava nos conceitos de assimilação, aculturação e integração e não versava sobre o discurso antinipônico e o racismo em relação aos amarelos⁴⁹. Só a partir das décadas de 1980 e 1990, que começaram a surgir trabalhos voltados a essa temática, embora ainda aparecessem de forma secundária nas pesquisas que investigavam o eugenismo, o racismo contra os negros, o período Vargas e a política de imigração. Caso das obras de “Thomas Skidmore (1976), Flávio V. Luizetto (1975), Alcir Lenharo (1986), Célia M. Marinho de Azevedo (1987), Maria Luiza Tucci Carneiro (1988), Carlos B. Vainer (1990), Giralda Seyferth (1999), Maria Lúcia Eiko Hatanaka (1993), José Roberto Franco Reis (1994), Jair Souza Ramos (1966) e Jeffrey Lesser (1999)” (Nucci, 2000, p. 10).

⁴⁹ Há dois trabalhos que analisaram esses temas: o primeiro é o de Francisca Isabel Schurig Vieira (1973), que, embora investigasse a discriminação, referiu-se, especificamente, “[...] a situações de repúdio e casamento interétnicos, por motivos culturais, raciais ou econômicos ou, mais especificamente, discriminações que negam a capacidade do japonês em ocupar posições de mando ou sua capacidade de assimilação” (Nucci, 2000, p. 18). O segundo é de Valdemar Carneiro Leão Neto (1989), no qual analisou os debates na Assembleia Nacional Constituinte e suas repercussões na imprensa brasileira e japonesa, focando principalmente nas ações do Itamaraty em busca de uma solução para essa crise diplomática.

Por isso, Takeuchi deu espaço para os estudos que analisaram, de forma secundária, o discurso antinipônico, os quais estavam presentes na disciplina de *História do Brasil Independente II*: Alcir Lenharo (1986); ou debatidos no Proin: Flávio Luizetto (1975), Edgar Carone (1977), Vanilda Paiva (1978), Carneiro (1988; 1994), Elizabeth Cancelli (1997), Jeffrey Lesser (1994) e Angela Castro Gomes (1993, 1999). Além disso, referiu-se também às pesquisas de colegas: Fernanda Torres Magalhães (2001), Rogério Dezem (2000), Priscila Ferreira Perazzo (1999) e Taciana Wiazovski (2001). Portanto, a prática científica de Takeuchi seguiu as orientações de Tucci Carneiro, bem como foi demarcada pelas relações com os seus pares, por meio de debates, compartilhamento de bibliografia e circularidade de ideias.

Nota-se, também, que o afastamento de Takeuchi e Dezem em relação a essa historiografia mais vinculada às Ciências Sociais pode ser interpretado como estratégia de construir um discurso sobre si e sobre os seus estudos. Conforme relatado por Dezem⁵⁰:

A Marcia e eu estávamos nesse contexto, mas não possuímos ideia desses novos direcionamentos, porque queríamos mais responder às nossas questões sobre a migração e, ao mesmo tempo, consolidar a nossa experiência e vivência como historiadores iniciantes. Desse modo, fomos nos baseando no material que existia e tentávamos apresentar outros olhares; não algo inédito, mas buscando juntar as peças que não haviam sido usadas, ou seja, temas que foram debatidos, mas não se relacionavam ou se associavam mais efetivamente a um contexto maior da história brasileira. Percebemos que seria produtivo seguir esse caminho, uma vez que a historiografia já produzida era mais voltada para o universo do imigrante e dos descendentes, não possuindo ecos fora desse meio.

Nesse relato, os autores apresentam-se como os responsáveis pelo delineamento de nova perspectiva acerca da imigração, assim como a historiografia que eles mantinham diálogo era predominante oriunda de universidades e instituições

⁵⁰ DEZEM, Rogério Akiti. Entrevista com Rogério Akiti Dezem. [Entrevista concedida a] Richard Gonçalves André. Prajna: *Revista de Culturas Orientais*, v. 3, n. 5, p. 5-43, 2023. p. 31.

paulistas, apesar da existência de estudos sobre esse tema desenvolvidos em diferentes partes no país⁵¹. Essa postura evidencia a tentativa de preservar o monopólio dessa região como centro legítimo da produção historiográfica sobre a imigração japonesa.

No que tange especificamente à escrita, torna-se visível que Marcia Takeuchi tentou seguir os protocolos instituídos que propagavam a crença de uma investigação neutra e isenta. Para que a sua pesquisa fosse considerada uma prática profissional e a tornasse consagrada nas áreas de história da imigração japonesa e do Brasil, deveria reproduzir uma narrativa impessoal, na qual o historiador tenta esconder as marcas subjetivas do texto a fim de indicar neutralidade e objetividade (Oliveira, 2018). Essa tentativa de imparcialidade é destacada na explanação de Dezem⁵²:

[...] Nós tínhamos outros questionamentos na época, inclusive a Márcia possuía vários, como ter ascendência japonesa e não se identificar em muitos aspectos com a comunidade de nipo-brasileiros até certo ponto; ela não queria ser vista como ‘a nipo-brasileira que pesquisa sobre o perigo amarelo’, mas como historiadora. Não posso falar por ela, infelizmente, porém não sei se a Márcia se identificaria com a maneira como muitos leem e divulgam as obras dela, ou seja, relacionando ascendência da autora à inestimável produção historiográfica dela, como se as feições e o sobrenome importassem.

Esse discurso do historiador revela a intenção e as táticas adotadas por Marcia Takeuchi para conquistar posições relevantes e ser reconhecida como uma autoridade nos temas estudados. Contudo, como evidenciam as análises, nos capítulos estão presentes um discurso de denúncia das ações discriminatórias do Estado brasileiro por meio da história, mas não realizando um julgamento, e, sim, reescrevendo a historiografia sobre o período. Sugere-se, também, que a historiadora, assim como os outros integrantes, ainda estava tentando responder qual o papel de sua área e, ao mesmo tempo, atender às novas demandas da sociedade. A prática de Takeuchi

⁵¹ São os estudos de Masanori Fukushima (1986); Masako Shimizu (1987); Shigeru Kojima (1991); Fatima Alcidia Costa Mota (1992); Mariana Alves Madeira (1997).

⁵² DEZEM, Rogério Akiti. Entrevista com Rogério Akiti Dezem. [Entrevista concedida a] Richard Gonçalves André. Prajna: *Revista de Culturas Orientais*, v. 3, n. 5, p. 5-43, 2023. p. 28.

manifestou preocupação com a memória nacional e a preservação dos arquivos, almejando, principalmente, a sua publicização para o público em geral e para os pesquisadores interessados no tema, sendo presente o constante medo do passado desaparecer ou ser extinto.

Para compreender se, realmente, foi efetivada como “obra de valor”, como pensado por Certeau (1982)⁵³, ou seja, reconhecida pelos pares, realizamos breve levantamento das obras que citaram essa pesquisa de Takeuchi⁵⁴. Apesar de ser uma Iniciação Científica, é relativamente referenciada em pesquisas de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, além de artigos publicados em revistas acadêmicas, em sua maioria, da área de História. Foram identificadas 58 citações ao longo de um período de 22 anos, entre 2002 e 2024, sendo algumas por parte de seus colegas do Proin, como Tucci Carneiro e Kossoy (2004), Dietrich (2007). Isso demonstra, mais uma vez, tanto a circulação dentro do Proin quanto como uma pesquisa é definida em/pela relação com outras, tornando-se o resultado do projeto e instituindo-se em uma rede cujos estudos dependem uns dos outros e a sua combinação manifesta o tipo de história produzida (Certeau, 1982).

Os trabalhos frequentemente a mencionam ao abordarem os discursos filonipônico e antinipônico, o perigo amarelo, a perseguição e a lógica de desconfiança da polícia política, os decretos restritivos do Estado Novo e a participação do governo japonês na imigração⁵⁵. Assim, a pesquisa foi reconhecida pelos pares, principalmente da área da história da imigração japonesa. Do mesmo modo, viabilizou o surgimento

⁵³ Certeau (1982) argumenta que para uma ser uma “obra de valor”, na área de História, é preciso ser reconhecida pelos pares. Assim como deve ser aquela situada em um conjunto operatório e que contribua para inovações dos objetivos e métodos, tornando possíveis novas pesquisas e olhares sobre o tema.

⁵⁴ O levantamento foi realizado por meio do Google Acadêmico. É importante ressaltar que não farei uma história da leitura, como proposto por Roger Chartier (1990), Fernando Nicolazzi (2010) e Manoel Luiz Salgado Guimarães (2013). Apenas apontarei como o livro foi utilizado e referenciado por outros estudiosos.

⁵⁵ Pode-se citar as pesquisas de Shibata (2009), Silva (2006), Geraldo (2007), Azeredo (2008), Oda (2011), Silva (2016), Almeida (2018), André e Luiz (2018), Kawamura (2018), Nakamura (2018), Shimabuko (2018), Ciqueira (2019), Hirata (2020), Nagumo (2020), Konishi (2021), André (2022), Mori (2022), Rosa (2023).

de outras, servindo como bibliografia fundamental para tratar esse tema. É notável, ainda, como certos estudos utilizaram-se do inventário e da análise realizados por Takeuchi. Podemos destacar a tese de Sidinalva Maria dos Santos Wawzyniak (2004), a dissertação de Luiza Hiroko Yamada Kuwae (2013) e a tese de William Kyoshi Fugii (2017). Em vista disso, a obra de Takeuchi conseguiu publicizar e democratizar o acesso ao acervo DEOPS/SP.

Há, igualmente, nesse sentido, o artigo de Richard Gonçalves André (2008), que atesta o reconhecimento de Takeuchi na área, na qual faz alusão aos trabalhos da historiadora como resultados do aumento de produção na historiografia da imigração japonesa, tal como Ricardo Vieira Bertoldo (2018), em sua dissertação, inseriu Marcia Yumi Takeuchi entre os autores consagrados:

[...] Esses capítulos terão como arcabouço teórico o levantamento bibliográfico dos trabalhos de historiadores, sociólogos e antropólogos consagrados nos estudos sobre imigração japonesa e sobre os *nikkeis* como Arlinda Rocha Nogueira, Hiroshi Saito, Shozo Motoyama e Marcia Yumi Takeuchi, esta, uma das maiores referências sobre a questão da perseguição antijaponesa sofrida pelos *nikkeis* até o final da Segunda Guerra Mundial [...] (Bertoldo, 2018, p. 16-17).

Portanto, a historiadora é reconhecida por seus pares como uma autoridade na historiografia da imigração japonesa, situada ao lado de Hiroshi Saito, um dos fundadores dessa área, ou considerada, ainda, como uma das responsáveis por abrir novos caminhos nesse tema, principalmente por ser uma historiadora.

Considerações finais

Ao longo do artigo, buscou-se a escrita da história de Takeuchi acerca da imigração japonesa e o discurso antinipônico, entendendo como os *lugares sociais* determinaram a “prática científica” e a escrita. Dessa maneira, compreendeu-se que tanto a FFLCH/USP, em específico a disciplina de *História do Brasil Independente II*,

quanto o Proin demarcaram o “fazer-história” de Takeuchi, marcado, sobretudo, pela catalogação e pelo manejo das fontes policiais. Verificou-se, igualmente, como, nessa escrita, havia uma preocupação em denunciar o Estado brasileiro, mas não realizando um julgamento da história, mas, sim, reescrevendo-a. Sugere-se, também, que a historiadora, assim como os outros integrantes, tentava, ainda, responder qual o papel de sua área e, ao mesmo tempo, atender às novas demandas da sociedade. A prática de Takeuchi manifestou preocupação com a memória nacional e a preservação dos arquivos, almejando, principalmente, a sua publicização para o público em geral e para os pesquisadores interessados no tema, sendo presente o constante medo do passado desaparecer ou ser extinto.

Propõe-se, também, que a historiadora estava delineando um tipo de história sobre a imigração japonesa que deveria se articular à história do Brasil. Contudo, o que, efetivamente, consolidou-se foi um monopólio do discurso historiográfico, marcado pela visão de que a história do Sudeste representaria a história nacional, relegando as produções sobre outras regiões a categorias de história regional ou local. Seguindo essa lógica, ao referir-se, exclusivamente, a autores de instituições paulistas, a historiadora reforçava a ideia de que a historiografia sobre a imigração japonesa concentrava-se apenas nesse espaço, inviabilizando a produção em outras unidades do país.

Do mesmo modo, nota-se como Takeuchi foi reconhecida por seus pares e a sua pesquisa tornou-se uma “obra de valor”, circulando e permitindo a emergência de novos estudos. Entende-se que essa produção foi o início de um caminho dentro da historiografia da imigração japonesa, em específico, em uma arqueologia da construção dos discursos antinipônicos e que resultou na dissertação e na tese. Por fim, a história produzida nesse período, especificamente no Proin, foi entendida como importante e inovadora pela busca de reconstrução do passado esquecido, ou ignorado, e pelo esforço em dar voz às vítimas do período Vargas, possibilitado pela abertura dos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops/SP).

Notas sobre a autoria

Luana Martina Magalhães Ueno é Doutoranda em História e Cultura Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (2021) e graduada em História pela mesma universidade (2019). Graduanda em Letras Inglês/Português pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e professora da rede estadual do Paraná. Participa do Laboratório de Pesquisa sobre Culturas Orientais (LAPECO/UEL) e do MEMENTO - Grupo de Pesquisa do Espaço Biográfico e História da Historiografia. É Editora Adjunta da Prajna: Revista de Culturas Orientais. Tem como área de atuação História do Brasil, Teoria da História e História da Historiografia, com ênfase na imigração japonesa; discurso antinipônico e a questão de gênero..

Referências**Documentos****a) obras**

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Editora brasiliense, 1988.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo: O Brasil diante do Holocausto e dos Judeus Refugiados do Nazifascismo (1933-1948)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2010.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo: realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2008.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2016.

b) Entrevistas

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Entrevista com Maria Luiza Tucci Carneiro*. [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, 2024. p. 1-13.

CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. *Entrevista com Gláucia Rodrigues Castellan.* [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, 2025. p. 1-15.

DEZEM, Rogério Akiti. Entrevista com Rogério Akiti Dezem. [Entrevista concedida a] Richard Gonçalves André. Prajna: *Revista de Culturas Orientais*, v. 3, n. 5, p. 5-43, 2023.

DEZEM, Rogério Akiti. *Entrevista com Rogério Akiti Dezem.* [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, 2024. p. 1-17.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *Entrevista com Priscila Ferreira Perazzo.* [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, 2024. p. 1-16.

TAKEUCHI, Tânia. *Entrevista com Tânia Takeuchi.* [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, p. 1-7, 2024.

WIAZOVSKI, Taciana. *Entrevista com Taciana Wiazovski.* [Entrevista concedida a] Luana Martina Magalhães Ueno. Arquivo pessoal, Londrina, p. 1-10, 2024..

c) Matéria de jornal em meio eletrônico

CASTRO, Fábio de; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. USP e Arquivo Público do Estado lançam site com 184 mil fichas policiais dos arquivos do Deops. *Ecodebate*. 22 jan. 2009. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2009/01/27/usp-e-arquivo-publico-do-estado-lancam-site-com-184-mil-fichas-policiais-dos-arquivos-do-deops/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

d) Leis

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Reitoria. *Resolução nº 4091*, de 22 de junho de 1994. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?resolucao=consolidada-resolucao-no-4091-de-22-de-junho-de-1994>. Acesso em: 25 abr. 2025.

e) Outros documentos

OS IMIGRANTES japoneses: entre a terra da liberdade e o paraíso tropical (1907-1924). *Biblioteca Virtual da FAPESP* Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/70248/os-imigrantes-japoneses-entre-a-terra-da-liberdade-e-o-paraiso-tropical-1907-1924/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Ementa da disciplina História do Brasil Independente II de 1995*. 1995. Disponível em:
<https://historia.fflch.usp.br/programasdasdisciplinasanosanteriores>. Acesso em: 24 set. 2024.

Bibliografia

ALMEIDA, Gustavo Henrique Gomes de. *Trabalhadores asiáticos: os imigrantes japoneses e seu nacionalismo no contexto da lavoura paulista*. 2018. 203 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. Lacunas Historiográficas: uma perspectiva sobre as religiões japonesas nos eventos ABHR e nas Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. *Revista Nures*, n. 10, p. 1-13, 2008.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. The Rivers of Dharma in the Face of Religious Challenges: A Comparative Analysis of Three Japanese Buddhist Temples in Brazil. *International Journal of Latin American Religions*, v. 6, n. 1, p. 347-374, 2022.

ANDRÉ, Richard Gonçalves; LUIZ, Leonardo Henrique. O retorno dos ancestrais: Bon Odori e ritos mortuários no Templo Budista Honpa Honganji em Londrina. *Antiteses*, v. 11, n. 22, p. 890-915, 2018.

AZEREDO, Francisco Aragão. *Políticas imigratórias no pós-segunda guerra: uma análise a partir dos periódicos de Geografia*. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BERTOLDO, Ricardo Vieira. *A trajetória política dos nikkeis em Mairinque, São Paulo*. 2018. 76 f. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Japonesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lucia Amaral. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, p. 349-358, 1994.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O discurso da intolerância: fontes para o estudo do racismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA E SEMINÁRIO DE

FONTES PARA HISTÓRIA DO BRASIL, 10., 1994, São Paulo. Anais [...], São Paulo, 1994.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Prefácio. In: TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigração Japonesa nas Revistas Ilustradas: Preconceito e Imaginário Social (1897-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2016. p. 15-20.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSOY, Boris. *A Imprensa Confiscada pelo Deops: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHOR, Marcos. O Anti-Semitismo na Era Vargas. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 2, p. 304-310, 1988.

CIQUEIRA, Erick Conceição de. *Pensamento político e projeto de um imigrante japonês em 1946: uma interpretação dos testemunhos de Tokuichi Hidaka no documentário “Yami no Ichinichi – o crime que abalou a colônia japonesa no Brasil”*. 2019, 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. Um ensaio sobre o currículo do curso de História da Universidade de São Paulo e a questão do debate em torno da formação do professor-pesquisador no contexto da reforma universitária. *Revista Galo*, n. 8, p. 3-15, 2024.

DEZEM, Rogério. *Shindô-Renmei: Terrorismo e repressão*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O partido Nazista no Brasil*. 301 f. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FARGE, Arlette. *O sabor do Arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FUGII, William Kyoshi. *Jovens universitários brasileiros nas linhas de produção japonesas: uma contribuição ao estudo do fenômeno imigratório entre o Brasil e o Japão (1908-2008)*. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FUKUSHIMA, Masanori. *Algumas características das migrações internas do Paraná – 1900/1984.* 501 f. 1986. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1986.

GERALDO, Endrica. *O “Perigo Alienígena”:* Política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). 2007. 241 f. Tese (Doutorado em História) – Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 53-72.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Agora Santa Cruz do Sul*, v. 11, n. 1, p. 31-47, 2005.

HIRATA, Fernanda Nakandakari. *Asiáticos amarelos na publicidade brasileira: representação, estereótipos e microagressões.* 2020. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

KAWAMURA, Lili. Imigração no Brasil-Japão: estratégias de sobrevivência cultural. *Travessia – Revista do Migrante*, n. 84, p. 77-96, 2018.

KOJIMA, Shigeru. *Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba.* 1991. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1991.

KONISHI, Nikolas Yoshitaka. *As novas gerações descendentes de imigrantes japoneses: entre nihonjins e gaijins, a racialização amarela no sudeste rio-grandense.* 2021. 111 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

KOSSOY, Boris; SOBRINHO, Fausto Couto; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Projeto Integrado Arquivo do Estado e Universidade de São Paulo: 10 anos de pesquisas.* São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2006.

KUWAE, Luiza Hiroko Yamada. *Cem anos de imigração japonesa: a construção midiática da identidade ao japonês.* 2013. 361 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. *A Crise da Imigração Japonesa no Brasil, (1930-1934): Contornos Diplomáticos*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. São Paulo: Papirus, 1986.

LESSER, Jeffrey. *Legislação imigratória e dissimulação racista no Brasil (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Arché, 1994.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e luta pela etnicidade no Brasil*. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Os Constituintes em face da imigração estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na Constituinte de 1934*. 1975. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 1975.

MADEIRA, Mariana Alvez. *Dekassegui 1987/1997: vertente nipo-brasileira das atuais migrações internacionais*. 1997. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1997.

MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O suspeito Através das lentes – o DEOPS e a Imprensa da Subversão (1930-1945)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MORI, Robson Hideki. A fluída condição dos nipo-brasileiros nas relações étnico-raciais no Brasil. *Movimentações*, v. 8, n. 15, p. 43-59, 2022.

MOTA, Fatima Alcidia Costa. *Imigração japonesa em Goiás*. 1992. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

NAGUMO, Simone Fernandes Felippe; SILVA, Otávio de Oliveira Silva. Políticas de gestão in vivo e in vitro nas comunidades alóctones na Era Vargas (1930-1945) – Enfoque no Ensino de Japonês. In: CORDEIRO-OLIVEIRA, Simone; BABINI, Maurizio. *Lingua(gens), embates e resistências na contemporaneidade*. Rio Branco: Napan Editora, 2021. p. 223-233.

NAKAMURA, Mariany Toriyama. ポップカルチャ(popu karuchaa): mediações da cultura pop nipo-brasileira no cenário digital. 2018. 249 f. Tese (Doutorado em Cultura da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna. *Varia História*, v. 26, n. 44, p. 523-545, 2010.

NUCCI, Priscila. *Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: textos e silêncios*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ODA, Ernani. Interpretações da “Cultura Japonesa” e seus reflexos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 75, p. 103-190, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia, Ouro preto*, v. 11, n. 28, p. 104-140, 2018.

PAIVA, Vanilda. *Oliveira Vianna: Nacionalismo ou Racismo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

ROSA, Marcos Pedro Magalhães. *O mar de manchas e a seta do tempo: abstração não geométricas entre as Bienais de 1957 e 1959*. 2023. 252 f. Tese (Doutorado em História) –Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

SAITO, Hiroshi. *O cooperativismo e a comunidade*. São Paulo: Sociologia e Política, 1964.

SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

SAITO, Hiroshi. *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

SAKURAI, Célia. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Editora Sumaré, 1993.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. 2018. 437 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SCOTT, Joan Wallach. *On the Judgment of History*. New York: Columbia University Press, 2020.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 257-288.

SHIBATA, Hiromi. *Da casa de pau-a-pique aos filhos doutores: trajetórias escolares de geração de descendentes japoneses (dos anos 1950 aos anos 1990)*. 2009. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SHIMABUKO, Gabriela Akemi. *Para além da fábula das três raças: uma introdução à percepção racial do amarelo e do japonês no Brasil*. Academia, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37653157/Para_al%C3%A9m_da_f%C3%A1bula_das_tr%C3%AAs_ra%C3%ADas_uma_introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_percep%C3%A7%C3%A3o_racial_do_amarelo_e_do_japon%C3%AAs_no_Brasil. Acesso em: 25 set. 2024.

SHIMIZU, Masako. *Reabertura do Comércio entre Brasil e o Japão após a Segunda Guerra Mundial (1949-1959)*. 116 f. 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1987.

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. *Em nome do imperador: reflexões sobre a Shindô Renmei e a sua campanha pela preservação da etnicidade japonesa no Brasil (1937-1950)*. 2006. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006.

SILVA, Rafael da Silva e. Atuação da sociedade de difusão de ensino de japonês no Brasil, na Baixa Santista e Vale do Ribeira. *Cadernos CERU*, v. 26, n. 1, p. 207-221, 2016.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. *O Japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília*. São Paulo: EDUSP/Pioneira, 1973.

WAWZYNSIAK, Sidinalva Maria dos Santos. *História de estrangeiros: passos e traços de Imigrantes japoneses (1908-1970)*. 2004. 200 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

WIAZOVSKI, Taciana. *Bolchevismo e Judaísmo: a comunidade judaica sob olhar do DEOPS*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

WILLEMS, Emílio. Recreação e assimilação entre imigrantes alemães e japoneses e seus descendentes. *Sociologia*, v. 3, n. 4, p. 302-10, 1941.